

Teoria e Prática da Análise Documental

Alcides de Albuquerque Reis e Silva

Técnico de Administração; Adjunto da
Secretaria Particular do Presidente
da República; Funcionário do
Banco do Brasil S.A.

SUMÁRIO: I — *Introdução*. Métodos de análise documental. Métodos quantitativos. Aplicação simulada dos métodos quantitativos na área da Administração Pública; II — *Teoria*. Categoria de métodos quantitativos. Semântica quantitativa: pesquisa de estilo. Análise do conteúdo: pesquisa das idéias. Técnicas da análise do conteúdo; III — *Prática*. O universo das mensagens. Metodologia. Categorias de Origem. Categorias de Pessoas. Categorias de Matéria. Categorias de Avaliação. Codificação. Tabulação; IV — *Conclusões*. Resultados qualitativos: quem escreve, de onde escreve, sobre o que escreve, em que posição se coloca em torno das áreas política, psicossocial e econômica. Resultados quantitativos: tabulações avançadas; V — *Bibliografia Especializada*. Allport, Berelson, Boulanger, Duverger, Gottschalk, Lasswell, Leites, Marques de Melo, Schultz, Weingas, White, Wyant.

I — INTRODUÇÃO

O advento das Ciências da Informação veio inegavelmente estabelecer os pródromos de uma nova técnica que se expande e aperfeiçoa a cada momento, propiciando a adoção de métodos e sistemas tendentes a valorizar a Comunicação nos seus diversos e infindáveis meandros.

No campo da análise documental, poder-se-ia dizer que, na atualidade, um novo instrumento de apreciação do comportamento das massas começa a ser descoberto: a valorização do pronunciamento individual nas mensagens grafadas, que revelam

as aspirações de cada pessoa, mas que são quase sempre consentâneas com os desejos coletivos.

Daí, não mais se relegarem à bolorenta placidez dos arquivos cartas e documentos antes meramente entendidos como simples meios de retransmissão de **um** recado ou de **uma** idéia; nem tampouco se classificarem o jornal, o livro e as missivas como apoucados instrumentos de divulgação de temas específicos. Ao contrário, qualquer expressão ou palavra escrita, dirigida a alguém ou a um conjunto de pessoas — por mais elementares que possam parecer —, não raro encerram um vasto manancial passível de investigação e análise, de modo a facultar medidas que respondam ao benefício geral.

Os processos de análise de documentos obedecem a duas primeiras categorias de métodos: **clássicos** e **quantitativos**. Nos métodos clássicos, derivados da crítica literária e da crítica histórica, temos o princípio da **intensividade**, que manda extrair o máximo conteúdo de um único documento. Nos métodos quantitativos, derivados de técnicas aritméticas, vigem as normas da **extensividade**, que determinam a extração da essência basilar de uma série de documentos.

Ambos os métodos não se excluem mutuamente: completam-se quando o objetivo analítico visa à apreensão integral da mensagem transmitida no documento. Nesse caso, o subjetivismo dos métodos clássicos — decorrentes da interpretação individual — tempera-se à objetividade dos métodos quantitativos, resultantes do julgamento coletivo (equipes integradas) ou da interveniência de ordenadores eletrônicos. As equipes integradas, reunindo uma diversidade de culturas, favorecem a identificação do interrelacionamento dos fenômenos, resultando na visão global de suas causas e efeitos; possibilitam, por isso, um sistema de muito maior eficácia na recuperação de informes que passariam despercebidos à observação de um único elemento. E os modernos equipamentos de processamento de dados permitem os registros quantitativos em larga escala, tomando por modelo a memória, a atenção e outras funções do homem, com a vantagem da velocidade, em níveis vertiginosos com que o cérebro humano não pode competir. Note-se, contudo, que as grandes conquistas da Cibernética não dispensam a supervisão da mente do pesquisador, porque só esta é capaz de apreciar os aspectos **qualitativos** da informação, selecionando-os com apuro, dentro das necessidades e implicações do momento.

Detenhamo-nos, agora, nos métodos **quantitativos** de análise documental, sob o duplo aspecto teórico e prático, que constituem o objetivo deste artigo. São eles os mais preferidos, na área da Administração Pública, porque favorecem sobretudo a unificação do conjunto de dados, levando à apreciação final, com toda a autenticidade, o somatório dos temas tratados, sem tisoná-los com interpretações individuais. Tal sistematologia garante a transmissão, para apreciações **qualitativas**, das informações que fluem espontâneas e que vão muitas vezes completar aquelas que chegam por intermédio dos órgãos técnicos e pelos serviços de inteligência, daí permitindo decisões adequadas e tempestivas.

Desse modo, o resultado da análise global, em termos estatísticos, revela quem escreve, de onde escreve, sobre o que escreve e em que posição se coloca através dos vários canais de comunicação.

II — Teoria. Categorias de Métodos Quantitativos. Análise do Conteúdo.

São conhecidas duas classes de métodos quantitativos, conforme se relacionem (a) ao estudo do vocabulário, dos modos de expressão, do estilo — caso em que se definem como “semântica quantitativa” — ou (b) se voltem principalmente para o sentido das palavras — caso em que se classificam como “análise do conteúdo”.

A semântica quantitativa consiste, essencialmente, em comparar a freqüência das palavras empregadas por certo autor com a freqüência das palavras do vocabulário corrente de seu tempo. A diferença de freqüência, apurada por métodos estatísticos, indicará as características e, no mesmo passo, as peculiaridades ou a lei de formação do estilo do autor. A gramática e a retórica prestam-se admiravelmente ao método. Antes do confronto e do tratamento quantitativo, o texto do autor é decomposto em palavras, segundo as partes da oração ou do discurso: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição.

A semântica quantitativa foi empregada com sucesso reumbante pelo Padre Busa no restabelecimento das passagens que faltam aos “manuscritos do Mar Morto”. Baseado nas re-

gras da periodicidade e da associação de palavras (predominância no emprego das partes da oração e modo de as associar), e auxiliado por computador eletrônico, logrou o jesuíta italiano restabelecer, sem erro, até 5 palavras consecutivas dos períodos, omissas naqueles célebres documentos bíblicos.

A análise do conteúdo — forma esquematizada da semântica quantitativa, de emprego mais fácil e rápido — pesquisa menos o estilo do que as idéias do texto. As unidades de análise não são as palavras (partes do discurso) e, sim, significados, temas, frases, parágrafos, os documentos inteiros; e não requerem necessariamente máquinas eletrônicas: podem ser usados processos artesanais.

A técnica de análise do conteúdo é simples. O ponto de partida é a escolha da unidade de análise e a determinação das categorias. Em seguida, procede-se à classificação, de modo tão impessoal quanto possível, e, afinal, ao tratamento matemático dos números obtidos: medianas, percentagens, correlações, etc.

As unidades de análise podem ser classificadas em dois grupos: unidades de base gramatical (palavra, frase ou tema e parágrafo) e unidades de base não gramatical (caracteres, espaço, documento inteiro). A unidade de análise do presente estudo é a carta, não obstante sejam cuidadosamente perquiridos os temas.

Exemplos célebres de uso de unidades de análise de base gramatical: estudo, por Lasswell, do paralelismo entre a propaganda nazista e os temas utilizados pelos jornais "Bund", bem como os trabalhos de Berelson e Grazier, mostrando as reações causadas nas rádios de Berlim e Londres pelos discursos de Churchill.

Exemplos do grupo de unidades de análise de base não gramatical serão aduzidos ao ensejo do exame das categorias, a ser sucintamente exposto nas linhas abaixo.

Os principais tipos de categorias gerais que têm sido usados na análise do conteúdo são os de matéria, apreciação, pessoas, atores, origem e forma. Entre as categorias de matéria sugeridas, destacam-se as de Lasswell para a análise dos fenômenos políticos e administrativos: as pessoas (homens políticos); grupos e comunidades (americanos, semitas, partidos, etc.);

as organizações (o Congresso, a Corte Suprema, etc.); a política (guerra, paz, reforma, etc.); as ideologias (democracia, plutocracia, etc.).

Das categorias de forma (modo de tratar o assunto) merecem referências as do estudo de Wyant e Herzog, sobre a correspondência dirigida aos membros do Congresso americano, a saber: ameaças, cumprimentos, críticas, oferecimentos de auxílio.

As categorias de apreciação envolvem a tomada de posição pessoal do signatário, em torno dos valores referidos no documento: aprovação, desaprovação, pessimismo, otimismo, etc. Kaplan e Golsen sugeriram diferentes níveis: atitude fortemente positiva, atitude simplesmente positiva, atitude equilibrada, atitude neutra, etc.

As outras categorias dispensam comentários. O que é importante advertir é que a utilização desta ou daquela categoria geral deve ser acompanhada de verificação ou de teste de fidelidade (independência em relação à personalidade do analista) e de validade (conceitos precisos nas definições). Podem ser formuladas subcategorias adaptadas aos documentos ou às unidades de análise em questão.

III — Prática da Análise do Conteúdo. Mensagens dirigidas à Administração Pública. Simulação.

As mensagens dirigidas à Administração Pública podem proceder das mais variadas origens e dos mais diferentes signatários e tratar de toda a gama de assuntos em que incide a ação dos poderes públicos.

As categorias de pessoas, entretanto, embora potencialmente infinitas, limitam-se, em síntese, a apenas duas: pessoas físicas e pessoas jurídicas. As regiões geo-econômicas e o exterior também circunscrevem as categorias de origem: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, conforme a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Brasil.

As categorias de matéria estão automaticamente determinadas, eis que cada missiva deverá ser encaminhada ao Ministério do respectivo assunto, e estes, formando subcategorias, podem ser grupados em áreas ou categorias apropriadas. Tais áreas, de acordo com o Decreto-lei n.º 200, de 25.2.67, com as modificações adaptadas à análise, foram assim resumidas:

ÁREA POLÍTICA

Justiça

- Ordem Jurídica
- Segurança Interna
- Administração Penitenciária
- Ministério Público
- Documentação Oficial

Relações Exteriores

- Política Internacional
- Relações Diplomáticas e Consulares
- Negociações Multilaterais
- Cooperação Internacional

ÁREA PSICOSSOCIAL

Saúde

- Política Nacional de Saúde
- Atividades Médicas e Para-Médicas
- Ação Preventiva
- Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos
- Pesquisas Médico-Sanitárias

Habitação e Urbanismo

- Migrações Internas
- Engenharia Sanitária
- Proteção Contra Secas e Inundações
- Assistência em Calamidades Públicas
- Assistência ao Índio
- Assistência aos Municípios
- Territórios Federais
- Programa Nacional de Habitação

Educação

- Ensino. Magistério
- Cultura — Letras e Artes
- Desportos
- Patrimônio Histórico, Arqueológico, Científico
Cultural e Artístico

Trabalho e Previdência Social

Organização Profissional e Sindical
 Mercado de Trabalho
 Política Salarial
 Previdência e Assistência Social
 Política de Imigração
 Ministério Público Junto à Justiça do Trabalho

ÁREA ECONÔMICA**Infra-estrutura**

Transportes
 Comunicações
 Minas e Energia
 Geologia, Recursos Minerais e Energéticos
 Regime Hidrológico
 Mineração
 Indústria do Petróleo
 Indústria de Energia Elétrica e Eletrônica

Setores**Agricultura**

Agropecuária. Caça. Pesca.
 Recursos Naturais Renováveis
 Organização da Vida Rural. Reforma Agrária
 Meteorologia e Climatologia
 Vigilância e Defesa Sanitária Animal e Vegetal

Indústria e Comércio

Comércio
 Seguros Privados e Capitalização
 Turismo
 Pesquisa e Experimentação Tecnológica
 Propriedade Industrial, Registro do Comércio
 e Metrologia

Finanças**Planejamento**

Plano Geral de Governo
 Pesquisas Sócio-Econômicas

Orçamentação
Assistência Técnica Internacional
Estatística e Cartografia
Organização Administrativa

Fazenda

Moeda e Crédito
Administração Tributária
Administração Financeira
Contabilidade e Auditoria
Serviços Gerais

Quanto às categorias de apreciação, isto é, quanto aos juízos de valor emitidos pelas pessoas físicas e jurídicas em torno das matérias política, psicossocial ou econômica, acima sumariadas, tê-mo-las assim resumidas: favorável, desfavorável ou postulante, excetuada a categoria protocolar.

Eis, portanto, as categorias de pessoas, de origem, de matéria e de apreciação, organizadas com auxílio da teoria e bastante caracterizadas para a análise do conteúdo que se deseje. Os testes de fidelidade e de validade desenvolvem-se sem maiores dificuldades, porquanto, no caso (que incide no Plano de Administração Pública), estão suficientemente definidas e determinadas, legal e doutrinariamente, as categorias selecionadas.

A classificação das unidades de análise — basicamente a carta —, dentro daquelas categorias, pode assim ser processada por equipes e mediante operações de codificação, perfuração, separação, quantificação e tabulação.

IV — CONCLUSÕES

O resultado de uma análise do conteúdo das mensagens que fossem dirigidas à Administração Pública poderia assumir, em termos percentuais e simulados, a configuração abaixo:

Categorias de Pessoas

Físicas	67%
Jurídicas	33%

Categorias de Origem

Sudeste	50%
Nordeste	25%
Sul	13%
Centro-Oeste	6%
Exterior	4%
Norte	2%



Categorias de Matéria

Psicossocial	41%
Trabalho e Previdência Social ..	25%
Educação	8%
Habitação	5%
Saúde	3%
Política	30%
Justiça	28%
Relações Exteriores	2%
Econômica	29%
Finanças (Fazenda e Planeja- mento)	16%
Setores	9%
Infra-estrutura	4%

Categorias de Apreciação

Postulante	54%
Psicossocial	23%
Política	16%
Econômica	15%
Favorável	24%
Psicossocial	10%
Política	7%
Econômica	7%
Desfavorável	22%
Psicossocial	8%
Política	7%
Econômica	7%

Verificar-se-ia, nessa hipótese, que o maior índice de cartas partiria das pessoas físicas e do Sudeste do País. A área psicossocial dominaria o conteúdo do conjunto de mensagens, evidentemente por força das problemáticas do ensino, da habitação, do

salário e da Previdência Social, comuns a todos os países. Ainda sobre as matérias dessa área recairia a maior percentagem de tomada de posição favorável.

O quadro seguinte ofereceria, finalmente, uma visão mais concentrada do resultado geral da simulada análise:

	CATEGORIAS	%
Pessoas	Físicas	67
	Jurídicas	33
Origem	Sudeste	50
	Nordeste	25
	Sul	13
	Centro-Oeste	6
	Exterior	4
	Norte	2
Matéria	Psicossocial	41
	Política	30
	Econômica	29
Posição	Postulante	54
	Favorável	24
	Desfavorável	22

V. BIBLIOGRAFIA ESPECIALIZADA

- ALLPORT, G. W., The use of personal documents in psychological science, New York, 1942
- BERELSON, B., Content analysis in communication research, New York, 1952 (obra clássica na análise documental)
- BOULANGER, J., Les allocution radiofusées du président Mendés — France, Rev. franc. de science polit., 1956, p. 851
- DUVERGER, Maurice. Análise de Documentos, in Ciência Política, teoria e método, Zahar Editores, Rio, 1962, p. 101 e ss.
- R. Serv. Públ., Brasília, 108 (1): jan/abr. 1973

- GOTTSCHALK, L., KLUCKHON, C. e ANGEL, R., The use of personal documents in history, anthropology and sociology, New York, 1945
- LASSWELL, H. D., Analysing the content of mass communication: a brief introduction, Library of Congress, Washington, 1942
- LEITES, N. e de SOLA POOL, I., On content analysis, Library of Congress, Washington, 1942
- MARQUES DE MELO, J., Comunicação Social — Teoria e Pesquisa, Editora Vozes Limitada, Petrópolis, 1970
- SCHULTZ, W., Theory and methodology of content analysis, 1950 (Tese de doutorado)
- WEINGAS, D., Walter Lipman: a content analysis, Public Opinion Quarterly, 1950, p. 296
- WHITE, R. K., A Quantitative analysis of Hitler's speeches, Psychological Bulletin, 1942, p. 486
- WYANT, R. e HERZOG, H., Voting via the Senate Mailbag, Public Opinion Quarterly (Análise da correspondência de um Membro do Congresso Americano).

